O EXAME NACIONAL DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE) NO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI): um estudo comparado nas modalidades presencial e a distância

Marcus Vinícius de Sousa Lopes[1]

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar, em uma perspectiva comparada, o desempenho dos discentes do curso de bacharelado em Administração da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) nos anos de 2009, 2012 e 2018, verificando as disparidades entre as notas nas modalidades presencial e a distância. Examina-se as variáveis socioeconômicas relacionadas com as médias das notas das questões de formação geral e componente especifico do Exame. Através da análise, confirma-se a hipótese de que, ainda que o ensino a distância seja considerado como um nível fraco de educação, é perceptível que a variação da avaliação do desempenho entre o presencial tem diminuído ao decorrer dos anos. Destacam-se, portanto, os fatores socioeconômicos mais diretamente relacionados com o desempenho das notas dos discentes.

Palavras-chave: Educação Superior. ENADE. UFPI.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze, in a comparative perspective, the performance of students from the Bachelor of Administration course at the Federal University of Piauí (UFPI) in the National Student Performance Exam (ENADE) in 2009, 2012 and 2018, checking the disparities between the grades in the on-site and distance modalities. It examines the socioeconomic variables related to the averages of the grades of the questions of general education and specific component of the Exam. Through the analysis, the hypothesis is confirmed that, even though distance education is considered a weak level of education, it is noticeable that the variation of performance evaluation between the classroom has decreased over the years. Therefore, the socioeconomic factors most directly related to the performance of the students' grades are highlighted.

Keywords: Higher Education. ENADE. UFPI.

[1] Universidade Federal do Piauí; Mestrando em Políticas Públicas; marcus.lopes@ufpi.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre o desempenho de alunos do curso de graduação em bacharelado em Administração da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), ofertado nas modalidades de ensino presencial e a distância. Objetiva-se analisar, comparativamente, as duas modalidades para verificar se existe diferença significativa de desempenho entre as notas dos alunos de ambas as modalidades, identificando a relação destas com o contexto socioeconômico do discente. Diante desse contexto, elabora-se as seguintes perguntas: Há diferenças entre os resultados alcançados e as modalidades de ensino? Essas diferenças, se existem, podem ser associadas ao perfil socioeconômico dos estudantes, segundo a modalidade escolhida? Quais variáveis socioeconômicas são mais relacionadas às diferenças das notas no ENADE dos discentes no curso de Administração da UFPI em ambas as modalidades de ensino?

Para responder essas questões, valeu-se de pesquisa bibliográfica e documental. A primeira, baseada em Arruda e Arruda (2015), Bielschowsky (2018), para apreensão das formas de como a qualidade e o desempenho dos cursos em EaD estão sendo analisados. A segunda, baseada em análise de dados sobre os resultados do ENADE do curso de Administração nas modalidades presencial e a distância da UFPI, extraídos do portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando-se as edições em que o curso de Administração EaD foi avaliado.

De acordo com Borges (2018, p. 45), “a primeira oferta da UAB na UFPI ocorreu através do Edital nº 03/2006, com 500 vagas oferecidas para o curso de Bacharelado em Administração, denominado Projeto Piloto”.

A primeira oferta se deu por meio de um instrumento de consórcio, denominado de Universidade Aberta do Piauí (UAPI), cujos consorciados eram a UFPI, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), o Governo do Estado do Piauí, o Banco do Brasil e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), antigo Centro de Ensino Federal de Tecnologia (CEFET). O financiamento original desse projeto foi feito através Banco do Brasil (BORGES, 2018).

O público-alvo do consórcio eram os funcionários das instituições participantes do consórcio, distribuídos “em 08 polos, sendo 05 polos da UFPI e 03 da UESPI. Do total de vagas ofertadas, 408 foram preenchidas, com 286 alunos formados, o que representa 70% de aproveitamento” (BORGES, 2018, p. 45).

O curso de Administração da UFPI, na modalidade presencial, existe desde a instituição da UFPI, através da criação da Faculdade de Administração, em Parnaíba, pela Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, portanto, com mais de 52 anos de criação. “O curso de Administração de Empresas obteve seu reconhecimento legal por força do Decreto Federal n 77.417, do dia 12 de abril de 1976” (UFPI, 2012).

Logo, o curso de Administração está dentre os mais antigos da UFPI, tendo sido também, o pioneiro dentre os da modalidade EaD, em seu âmbito. Esse fato sucinta a necessidade de monitoramento e de avaliação, a fim de que o público interessado em estudar essa graduação na UFPI, saiba se há, ou não, diferenças importantes entre a qualidade da oferta nessas duas modalidades.

Um instrumento útil a essa tarefa é o ENADE, que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e que também tem servido a gestores de políticas públicas e pesquisadores educacionais no acompanhamento da performance de desempenho de alunos da educação superior.

O Exame objetiva medir o desempenho dos estudantes em relação ao aprendizado dos conteúdos programáticos previstos nas matrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação, assim como as habilidades desenvolvidas, de modo a fornecer informações aos gestores de cursos para, se for o caso, executem ajustes necessários (BRASIL, 2004).

As edições do ENADE alternam-se por grupos de áreas em ciclos trienais, sendo as provas aplicadas a estudantes selecionados por amostragem de cada curso, os quais se encontram em momentos distintos de sua graduação: um grupo dos alunos ingressante, considerado neste grupo os alunos que se encontram no final do primeiro ano de curso; e outro grupo de alunos, considerado concluintes, ou seja, os que estão cursando o último ano.

A operacionalização do ENADE se dá por meio de dois instrumentos de coleta: um Questionário Socioeconômico (QSE) e uma prova de aferição de conhecimentos. O QSE tem por finalidade coletar informações que sirvam para a composição e a análise do perfil dos estudantes, somando informações de seu contexto social às desenvolvidas pelas ações acadêmicas. Na prova, apresentam-se dois componentes de avaliação: um, relacionado à avaliação da formação geral, comum aos cursos das diversas áreas; e outro, que mede conhecimentos específicos de cada área.

Dessa forma, os resultados do Exame permitem a análise comparativa entre cursos, segundo a modalidade, como também, permitem a avaliação da evolução do desempenho no decorrer dos anos.

Sobre esses dois aspectos, considerando-se as críticas à insuficiência de pesquisas e aos resultados dos cursos ofertados através do programa da Universidade Aberta do Brasil, apesar da ampliação da oferta e da democratização do Ensino Superior (BIELSCHOWSKY, 2018; ARRUDA; ARRUDA, 2015), é que se busca analisar como se deu a evolução e as diferenças no desempenho do curso pioneiro de Administração na UFPI em ambas as modalidades (presencial e a distância) no ENADE.

Os resultados da pesquisa encontram-se dispostos em cinco seções, neste estudo, dentre as quais, esta introdução, que é a primeira. Na segunda seção, apresenta-se a evolução da educação superior no Brasil e das políticas de educação a distância. Na terceira seção, apresenta-se os resultados do curso de Administração da UFPI no ENADE dos anos 2009, 2012 e 2018, separados por modalidade, demonstrando a evolução de ambas e apontando as principais diferenças. Por fim, na quarta seção, apresenta-se as conclusões, quanto aos questionamentos sobre a comparação dos resultados, segundo a modalidade.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Entre os países da América, o Brasil foi o último a oferecer Ensino Superior universitário, pois, apesar de existir desde o século XIX, somente no ano de 1934 é

que foi concebido o Estatuto das Universidades Brasileiras, sendo a universidade de São Paulo a primeira a ser regida pelo Estatuto (CISLAGHI, 2012).

No contexto da EaD no Brasil, a regularização foi concretizada na década de 1990. No entanto, a primeira atividade foi no ano de 1923, por meio da Rádio, uma ação pioneira, organizada pelos intelectuais da época no Rio de Janeiro.

No período do Regime Militar, através do Programa Nacional de Teleducação, a Fundação Roberto Marinho, a TV Cultura e a Fundação Padre Anchieta deram início ao programa de educação a distância no curso supletivo, que, anos depois, passou a ser chamado de Telecurso 2000.

O movimento para a normatização do Ensino Superior a distância no Brasil, sucedeu-se ao longo de várias lutas e conquistas, sendo que o ápice aconteceu com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LBD n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996, na qual, de forma mais ampla, em seu artigo 80º, descreve sobre o desenvolvimento e expansão do ensino a distância (BRASIL, 1996).

As políticas públicas de educação superior na modalidade de ensino a distância foi formalmente instituída pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que no seu artigo 1°, estabeleceu o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, “voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” (BRASIL, 2006).

Em 2017, o Decreto 5.800/2006 foi revogado e atualizado pelo Decreto de n° 9.057, de 25 de maio de 2017, que uniformizou a educação a distância, como sendo:

> [...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017, p. 01)

O decreto trouxe consigo a expansão do Ensino Superior na modalidade a distância nas instituições públicas e privadas. No âmbito das instituições públicas, o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi o mecanismo de adesão e de gestão da política de expansão dessa modalidade.

A UFPI aderiu ao sistema UAB com o objetivo de expandir e de interiorizar as políticas públicas de Ensino Superior. Iniciou, com a participação no processo de chamada pública do edital n° 01/2005 SEED/MEC, de 16 de dezembro de 2005, através do qual, obteve seu credenciamento para colocar em prática a EaD, levando o Ensino Superior ao interior do estado do Piauí (BORGES, 2018).

Ao implantar as políticas públicas nacionais, a UFPI expandiu as ofertas de cursos via EaD, pelo sistema UAB, que veio a ser de ampla valia na educação no Piauí. Neste sentido, Borges (2018) traz à memória, a data de 24 de outubro de 2006, quando criou-se o Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI (CEAD), através da Resolução nº 196/06, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI – CEPEX, com a responsabilidade de operacionalizar as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na modalidade a distância, no âmbito do Estado do Piauí e da UFPI, vinculado ao Gabinete do Reitor desta Universidade (BRASIL, 2016). De acordo com Borges (2018, p. 45):

> A primeira oferta da UAB na UFPI ocorreu através do Edital nº 03/2006, com 500 vagas oferecidas para o curso de Bacharelado em Administração, denominado Projeto Piloto. Oferecido por meio do consórcio chamado Universidade Aberta do Piauí (UAPI), firmado entre a UFPI, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), o Governo do Estado do Piauí, o Banco do Brasil e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), antigo Centro de Ensino Federal de Tecnologia (CEFET), esse projeto foi financiado pelo Banco do Brasil. O papel da UFPI junto ao consórcio foi a de coordenação do curso, com a certificação dos discentes. O curso buscava graduar os funcionários das instituições participante do consórcio. O curso teve suas atividades desenvolvidas em 08 polos, sendo 05 polos da UFPI e 03 da UESPI. Do total de vagas ofertadas, 408 foram preenchidas, com 286 alunos formados, o que representa 70% de aproveitamento.

A expansão da EaD promoveu o crescimento e o reconhecimento do acesso dos cidadãos menos favorecidos à educação superior. Entretanto, com o aumento da demanda dos serviços educacionais, surgiu também, a necessidade de avaliar os níveis de qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições, com vistas, sobretudo, ao direcionamento estratégico das ações e, por consequência, a melhoria do desempenho das instituições educacionais que operam no sistema UAB.

Nesse sentido, os cursos da UAB são avaliados pelo SINAES, que possui dimensões, como: didático-pedagógica, docente, tutoria e infraestrutura. Porém, a

maioria dos estudos realizados sobre os resultados do sistema UAB são voltados para a esfera nacional.

Muitos são estudos que apontam para o fato de que, apesar de a EaD ter favorecido o crescimento do número de matrículas e expansão da oferta, existem "[...] poucas informações a respeito do funcionamento dos cursos, como sua qualidade e de seus materiais didáticos, a evasão, as características dos alunos, o perfil dos professores e tutores, etc." (ARRUDA; ARRUDA, 2015, p. 329).

Segundo Bielschowsky (2018), grande parte dos alunos de EaD está frequentando cursos mal avaliados, segundo os critérios do ENADE. O autor ainda chama a atenção para o fato de que, nas mesmas Instituições de Ensino Superior (IES), de maneira geral, os resultados do ENADE nos seus cursos presenciais são superiores aos obtidos em seus cursos na modalidade EaD, o que indica que essas IES não trabalham ambas as modalidades com a mesma responsabilidade.

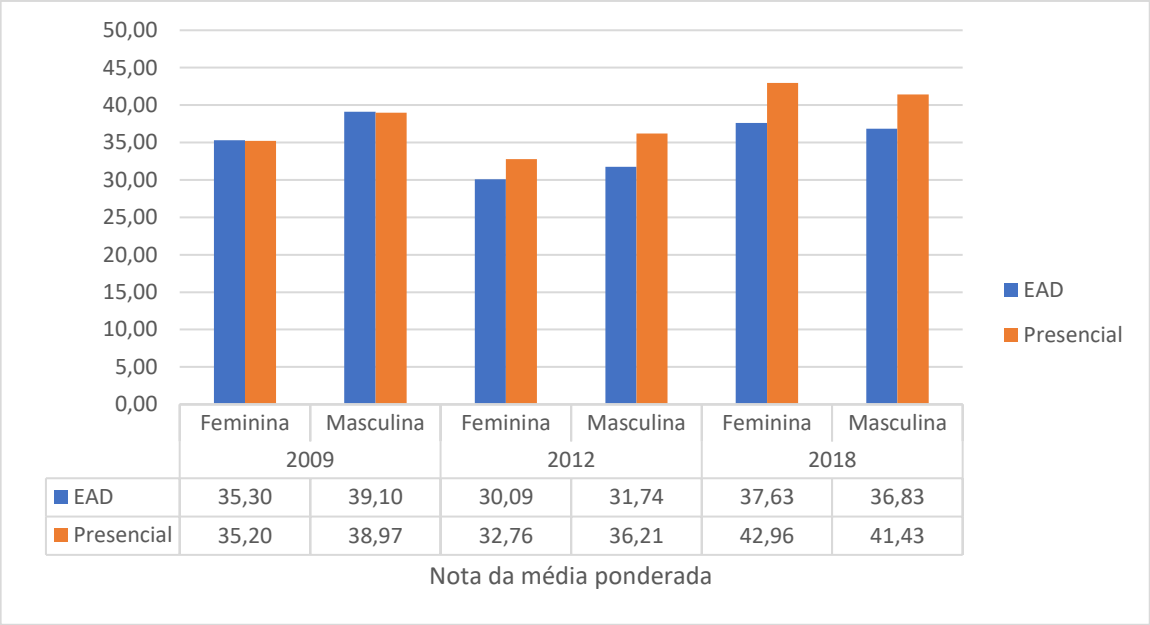
3 RESULTADOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO ENADE (2006-2018): EVOLUÇÃO E COMPARAÇÃO DAS MODALIDADES

Os resultados das análises aferidas ao decorrer da pesquisa, com base nos levantamentos dos dados coletados no INEP sobre o ENADE, mostram que nos anos de 2009, 2012 e 2018 a quantidade de alunos inscritos no ENADE foi um total de 2463 discentes, com presença na prova de 1309 alunos do curso EaD; e 838 alunos da modalidade presencial do curso de bacharelado em Administração da UFPI. No total geral, de 2147 de alunos válidos para a pesquisa, destes, 315 não responderam a prova, ou por ausência, ou por deixar a prova em branco. Portanto, nos anos de 2006 e 2015 não consta nos microdados do INEP, as notas dos alunos do curso de bacharelado em Administração da UFPI na modalidade EaD.

Nos próximos gráficos, demonstra-se a análise descritiva, da população envolvida na amostra, com o intuito de reproduzir o perfil e as características socioeconômicos dos discentes do curso de Administração, em relação às médias em cada modalidade de ensino.

Os dados analisados na pesquisa são representados pelas notas das provas do ENADE, que corresponde a nota bruta da prova, composta da média ponderada da formação geral e as notas do componente específico. Nos resultados abaixo, analisa-se a relação das médias das notas com a modalidade de ensino e gênero, conforme percebe-se no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Nota da média ponderada da modalidade por sexo



	2009 Feminina	2009 Masculina	2012 Feminina	2012 Masculina	2018 Feminina	2018 Masculina
EAD	35,30	39,10	30,09	31,74	37,63	36,83
Presencial	35,20	38,97	32,76	36,21	42,96	41,43

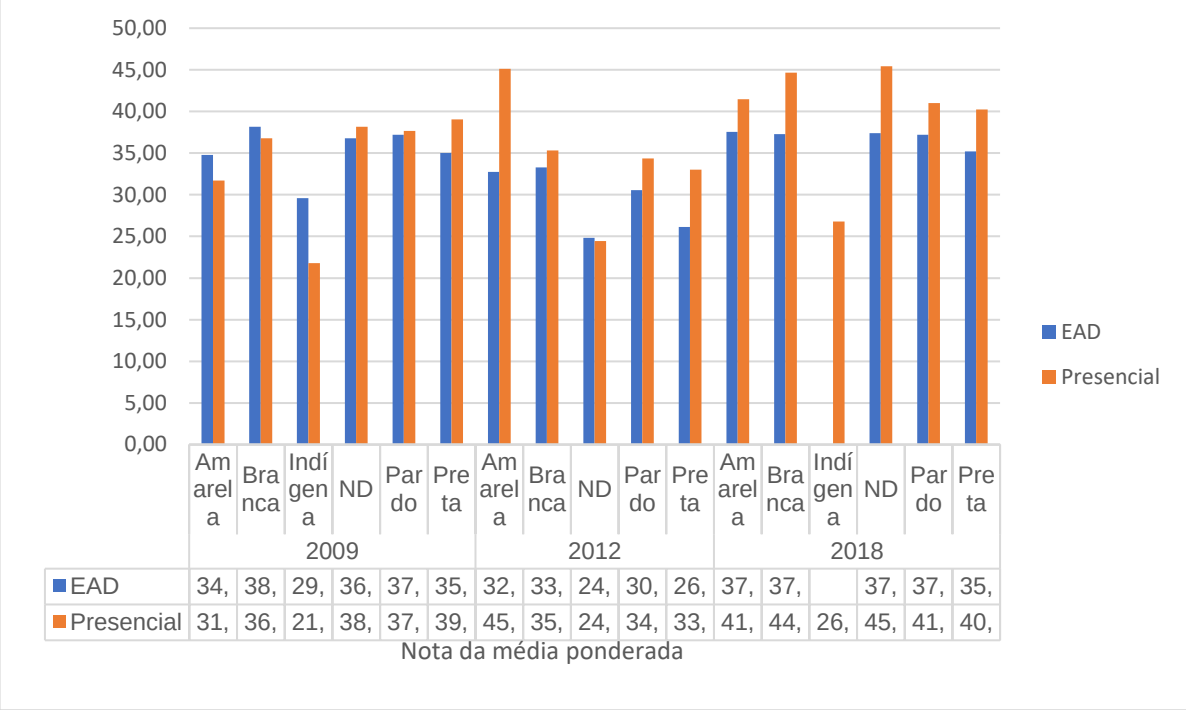
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do ENADE

No gráfico acima, são visíveis as disparidades das médias que compreendem as notas das questões de formação geral e o componente especifico em relação ao ensino presencial, que possui uma frequência de crescimento da nota sobre a EaD.

No ano de 2009, inicia-se com as médias equivalentes a 35 da nota entre ambas, mas, no decorrer dos anos, tornam-se crescentes os valores obtidos no exames em torno de 4,6% na modalidade presencial. Outro ponto que destaca-se é a atuação feminina nas notas, que ultrapassa as médias masculinas, conforme percebe-se no último exame aplicado no curso. A relação do desempenho por sexo demostrou uma baixa variação para o rendimento estudantil.

No próximo gráfico analisa-se as notas das médias ponderadas por modalidade e raça, conforme detalhamento a seguir.

Gráfico 2 – Nota da média ponderada da modalidade por cor/etnia



	2009 Amarela	2009 Branca	2009 Indígena	2009 ND	2009 Pardo	2009 Preta	2012 Amarela	2012 Branca	2012 ND	2012 Pardo	2012 Preta	2018 Amarela	2018 Branca	2018 Indígena	2018 ND	2018 Pardo	2018 Preta
EAD	34,	38,	29,	36,	37,	35,	32,	33,	24,	30,	26,	37,	37,		37,	37,	35,
Presencial	31,	36,	21,	38,	37,	39,	45,	35,	24,	34,	33,	41,	44,	26,	45,	41,	40,

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do ENADE

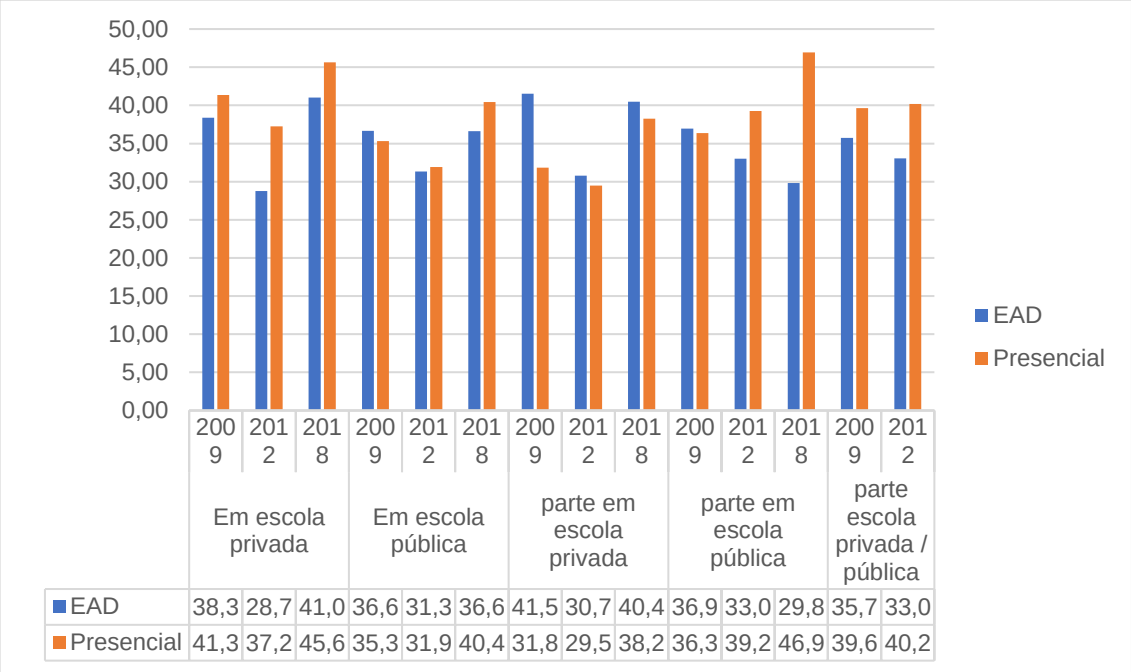
O curso de bacharelado em Administração da UFPI presencial tem dito um fator positivo no desempenho, no decorrer dos anos nos Exames. Ao analisar o desempenho da nota dos alunos relacionados à raça, destaca-se o desempenho dos discentes de cor amarela e branca, com maiores notas nos anos de 2012 e 2018. Na nomenclatura ND, estão os que não declararam a cor/etnia.

No ensino a distância, são inferiores a maiorias das notas do presencial do curso de bacharelado em Administração. Um ponto positivo a se destacar é a nota de desempenho para a etnia autodeclarada indígena na modalidade EaD, no ano de 2009.

De acordo com os gráficos anteriores, diversos fatores estão relacionados ao desempenho do estudante. A cor ou etnia autodeclarada estabelece uma variação entre as notas apresentadas.

No gráfico seguinte, demonstra-se o desempenho dos alunos que cursaram o Ensino Médio, parte em escolas públicas, privadas nos anos de 2009, 2012 e 2018, do curso de bacharelado em Administração da UFPI, na modalidade presencial e EaD.

Gráfico 3 – Nota da média ponderada do discente por modalidade e por instituição que cursou Ensino Médio



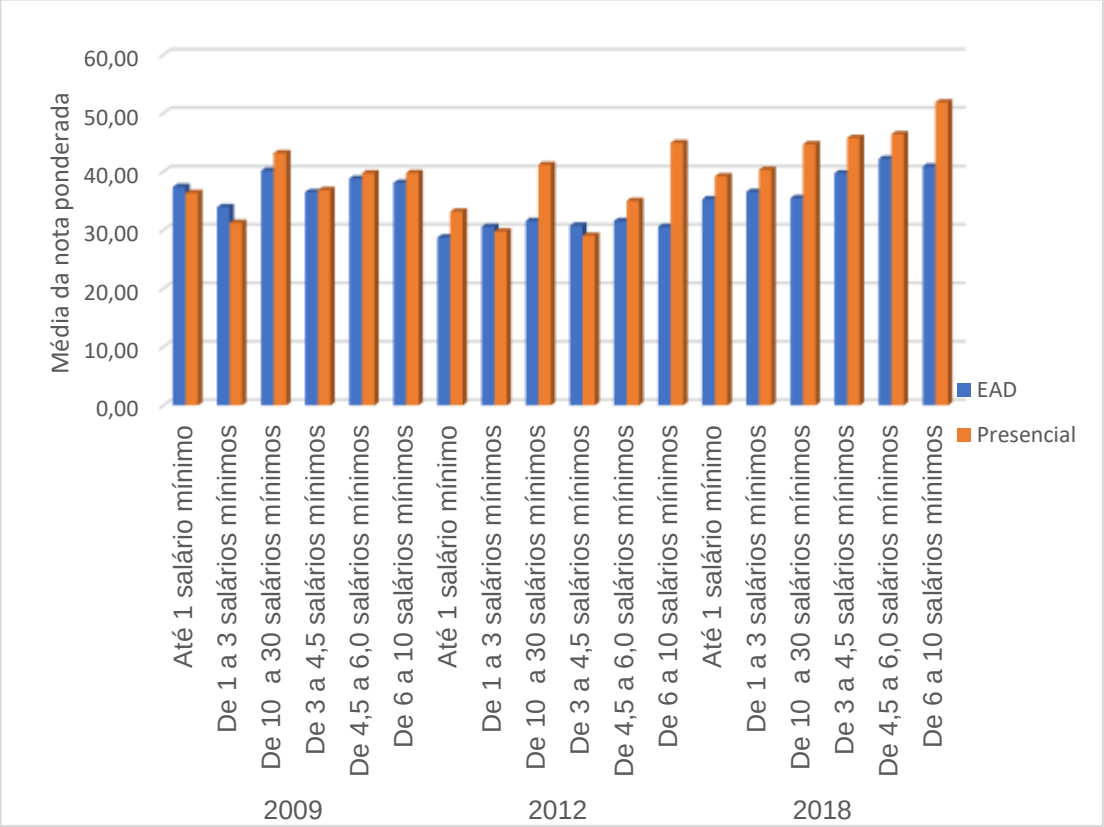
	Em escola privada			Em escola pública			parte em escola privada			parte em escola pública			parte escola privada / pública	
	2009	2012	2018	2009	2012	2018	2009	2012	2018	2009	2012	2018	2009	2012
EAD	38,3	28,7	41,0	36,6	31,3	36,6	41,5	30,7	40,4	36,9	33,0	29,8	35,7	33,0
Presencial	41,3	37,2	45,6	35,3	31,9	40,4	31,8	29,5	38,2	36,3	39,2	46,9	39,6	40,2

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do ENADE

No ano de 2009, os melhores desempenhos no Exame foram dos discentes que concluíram o Ensino Médio em escolas públicas, uma diferença de 7,9% da média da nota ponderada entre as modalidades presenciais e a distância. Destaque-se a nota dos alunos da modalidade EaD que frequentaram metade do Ensino Médio em escolas privadas. Percebe-se, assim, uma variação, quando ao tipo de escola, abaixo dos 40,0 representados no gráfico.

E, por último, verifica-se as notas médias ponderadas relacionadas à renda bruta familiar, feita pela composição do salário mínimo, levando em consideração seus rendimentos e a renda total da família, conforme com o gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Nota da média ponderada da modalidade por renda familiar



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do ENADE

Ao relacionar a renda bruta familiar com o desempenho dos discentes no exame, percebe-se uma diferença entre renda familiar bruta mensal. No ano de 2009, destaca-se que os melhores desempenhos das notas dos discentes na prova de conhecimentos objetivos e discursivos estão relacionados a renda familiar de 10 a 30 salários mínimos, na modalidade presencial. No ano de 2012, a faixa salarial caiu em relação ao ano anterior, permanecendo na faixa de 6 a 10 salários mínimos. Já para o ano de 2018, o maior desempenho continua na faixa de salarial do ano anterior. A renda dos discentes da modalidade presencial, em sua maioria, nos anos analisados, é maior do que a da modalidade EaD. Ao comparar a renda de 1 a 3 salários mínimos, a notas do EaD tem um nivelamento com o presencial, relacionados com o desempenho dos estudantes.

5 CONCLUSÃO

Na pesquisa realizada verifica-se como a existência de fatores socioeconômicos e culturais, como a formação escolar, relacionados ao desempenho dos discentes do curso de bacharelado em Administração da UFPI, participantes do ENADE na modalidade presencial e a distância. A influência desses motivos está mais acentuada no fator da renda familiar, quando comparados com o desempenho dos alunos analisados no Exame.

As informações levantadas são significativas para o acompanhamento dos estudos relacionados às políticas de educação superior, pois possibilitam o aprofundamento de estudos relacionados à avaliação e o desempenho da qualidade do ensino ofertado nas IES no Brasil. Conhecer a realidade delas e as características de seus usuários, auxilia no processo de aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e nos resultados obtidos no processo formativo e avaliativo.

Os resultados encontrados contribuem para o planejamento de estratégias que aperfeiçoem as ações relativas ao objeto de estudo, bem como, para os demais cursos. Esses dados servem como mote para a elaboração de políticas públicas para educação e o planejamento metas que subsidiarão as decisões da gestão da IES.

Logo, para alcançar um Ensino Superior de qualidade é necessário que se estabeleça um avanço na melhoria do ensino nas fases inicias de aprendizado do aluno, principalmente, quando estão relacionados à esfera pública, vulneráveis economicamente para competir no mercado educacional. Por isso, a importância de avançar nos estudos relacionados processo de avaliação da educação.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucidio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à Distância no Brasil: Políticas Públicas e Democratização do acesso ao Ensino Superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 321-338, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698117010. Acesso em: 18 ago. 2021.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Qualidade na Educação Superior a Distância no Brasil: Onde Estamos, para Onde Vamos? **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1,

28 mar. 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v8i1.709. Acesso em: 18 ago. 2021.

BORGES, Dannielle Vieira de Sousa. **Educação a Distância na UFPI**: Implementação e Resultados 2007 a 2016. 2018. 118 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/1564. Acesso em: 02 maio 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394**, **de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017**. Atualizada legislação que regulamenta Educação a Distância no país. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. **Diário Oficial da União**, Brasília. Brasília: março, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file. Acesso em: 15 abr. 2021.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento do Ensino Superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. *In*: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 261-284.

FALCÃO, Lena Cavalcante; GARCIA, Luciana Silva. Qualidade dos cursos em EAD ofertados no Brasil à luz do ENADE no período de 2007 a 2016. **REGEN: Revista de Gestão, Economia e Negócios**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 50-72, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Projeto político-pedagógico do curso de graduação em administração.** 2012. Disponível em: https://ufpi.br/images/Parnaiba/Docs/PPCs/ADM-PPC.pdf .Acesso em: 18 ago. 2021.